

Histórias, Memórias e Projetos para o ensino de História no Brasil



COLEÇÃO RESUMO DIDÁTICO. UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE HISTÓRIAS NOS ANOS 1910/1930¹.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento

Grupo de Reflexão docente nº 22. Manuais e outros recursos didáticos: relações que constituem as diferentes culturas escolares

Coleção Resumo Didático, publicada pela Companhia Melhoramentos entre 1918 e 1932, se configurou-se com um projeto editorial, vinculado aos princípios da Escola Nova, de renovação do ensino de história, no Brasil, a partir das histórias regionais. Para tal empreendimento foram arregimentados expoentes da historiografia nacional e/ou regional. As investigações sobre essa coleção caminham em duas direções. Em primeiro lugar compreender a associação dos princípios escolanovistas e o ensino de história, nesse período, identificando a história local/regional como estratégia didática de maior proximidade à experiência dos alunos da escola primária. Como desdobramento desta questão tenho investigado como os documentos legais/curriculares fomentaram o mercado editorial em que se insere o projeto da Coleção Resumo Didático. Por outro lado, busco analisar as estratégias historiográficas utilizadas pelos autores em questão, relacionando-as à produção em voga pela ciência história de então.

Palavras-chaves: Escolanovismo, Manuais escolares, história local/regional.

Não é de hoje que a educação brasileira está na pauta do dia. Crônicos são os problemas no que se refere à estrutura das escolas, a baixa remuneração dos professores, aos métodos e técnicas de ensino, as relações entre a escola e a comunidade, entre outros. No caso do estado do Rio de Janeiro o quadro não difere muito do cenário brasileiro. É este quadro que leva profissionais de diversos matizes a refletir e propor ações que transformem essa realidade.

A par da demanda social por melhorias na educação, os campos disciplinares vêm investindo em uma reflexão diagnóstica sobre o ensino nas escolas e sobre alternativas para sua

¹ Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional.



Histórias, Memórias e Projetos para o ensino de História no Brasil



melhoria. Nos últimos 30 anos, por exemplo, a área do Ensino de História vem ocupando um lugar crescente entre as discussões dos historiadores, com a configuração de Simpósios Temáticos específicos nos congressos bienais da ANPUH e com o surgimento dos seminários *Perspectivas do Ensino de História* e *Pesquisadores do Ensino de História*. A articulação com as teorias pedagógicas e com a teoria da história vem configurando a área de Ensino de História como uma área de fronteira e adensando as discussões aí promovidas (MONTEIRO, PENA, 2011). As políticas públicas de valorização da formação do magistério – com a gradativa ampliação de carga horária voltada para disciplinas de prática de ensino/estágio supervisionado, nos cursos de graduação; os vários concursos para a área nas instituições federais e estaduais de ensino superior; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) – também tem sido propulsores de um maior interesse neste campo. Tudo isso reflete na ampliação da produção sobre seus temas nos programas pós-graduação em história e educação (CAIMI, 2000).

A reflexão sobre o papel da história na escola e sobre a renovação de sua didática não é algo exclusivo de nosso tempo e vem se configurando como um instigante problema para os estudiosos (FONSECA, 2006; BITTENCOURT, 2004). A história do ensino de história é um capítulo importante da história da história, ou da historiografia, pois nos permite pensar aspectos da configuração desse campo disciplinar e dos usos do passado na conformação da consciência histórica ao longo da história (RÜSEN, 2001).

1. Um tempo de transformações

Os anos 1920 concentraram uma série de eventos que criticavam o regime oligárquico estabelecido na Primeira República brasileira. Foi em 1922 que se organizaram o Partido Comunista do Brasil, a Reação Republicana, a Semana de Arte Moderna, o Centro Dom Vital e as primeiras manifestações tenentistas. Estes expressavam os desencantos de variados segmentos sociais – políticos, intelectuais e militares, por exemplo – com a República vigente, que vinham sendo refletidos na década de 1910 e que desembocaram em 1930². Foi também o momento em que se comemorou o centenário da independência do Brasil. A efeméride do centenário proporcionou um momento ímpar de análise da situação sócio-política do país e da identidade

² O dossiê anos 1920 da revista *Estudos Históricos* nos proporciona um panorama geral das questões sociais, políticas, econômicas e culturais então debatidas no período (ESTUDOS, 1993/1)

Histórias, Memórias e Projetos para o ensino de História no Brasil



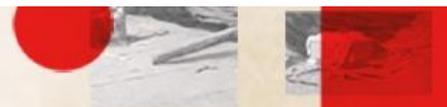
brasileira, pois descortinava um país onde mais de 80% da população era analfabeta (MOTA, 1992).

Educadores e sanitaristas compuseram esse movimento de crítica ao regime oligárquico. Almejava-se a construção de um novo homem brasileiro, que até então era considerado inviável, preguiçoso, indolente e doente. O Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato, não era indolente por ser uma natureza inata. Era por ser doente. Ao ser curado – o que o transformou em garoto propaganda do biotômico Fontoura – passou a ser trabalhador e integrado a esse processo de modernização da sociedade. Miguel Couto, médico sanitarista, afirmava que “No Brasil só há um problema, a educação do povo”. A doença advinha da ignorância dos métodos higiênicos gerado pela ausência da instrução formal adequada (ALBERT, 2002).

Desde a década de 1910, um grupo de intelectuais engajara-se na bandeira da erradicação do analfabetismo com vistas às comemorações do centenário da independência, formando a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (NOFUENTES,). Esse movimento desdobra-se com a criação da Associação Brasileira de Educação, em 1924.

2.O movimento reformista da Escola Nova

As primeiras iniciativas de modernização da esfera educacional no Brasil Republicano remetem ao movimento das reformas da instrução pública promovidas em diferentes estados do país. Ao analisar esse conjunto de reformas em estudo clássico, Jorge Nagle (NAGLE, 1974) faz referência à chamada “política dos estados” responsável pela aglutinação das forças estaduais na sustentação do governo federal, e, no plano da educação, pela adoção de um conjunto de medidas coordenadas no sentido da organização dos sistemas escolares estaduais, expressando a força política das lideranças de determinadas unidades federadas. O movimento das reformas da instrução pública ocorrido nos estados brasileiros ao longo da Primeira República expressa com clareza a liderança exercida pelo grupo paulista na condução da política nacional o que, no âmbito da educação, verificou-se com a repercussão alcançada pelo modelo de reforma educacional implementado no estado de São Paulo, em 1920 (CARVALHO, 1989; ARAÚJO 2011).



Histórias, Memórias e Projetos para o ensino de História no Brasil



Jorge Nagle divide em duas fases o movimento das reformas da instrução pública ocorridas durante a Primeira República (NAGLE, 1974: 192): uma primeira, inscrita nos três primeiros decênios do regime republicano, insuficiente para mudar a fisionomia dos sistemas escolares de então e, uma segunda fase, iniciada na última década da Primeira República, que se distingue da primeira fase por trazer à tona o desenvolvimento de uma discussão doutrinária e também a realização de novos padrões de cultura e de ensino. Nesse sentido, justifica-se a denominação da primeira fase como um ciclo reformista em oposição à segunda fase que demarcaria, segundo o autor, um movimento remodelador, no qual se evidencia a incorporação e o aperfeiçoamento dos instrumentos técnico-pedagógicos e administrativos elaborados pelas reformas anteriores. A reforma mineira inaugura o segundo ciclo no movimento de reorganização da instrução pública. Isso porque a reforma mineira promoveu o salto entre as posições doutrinárias associadas ao republicanismo e à democracia para o desenvolvimento de muitos dos aspectos doutrinários provenientes do ideário da Escola Nova. A inversão operada na relação que passou a se estabelecer entre os princípios políticos gerais relacionados ao republicanismo e à democracia e os aspectos técnico pedagógicos trouxe como consequência, dentre outras, a predominância do aspecto técnico sobre o político na discussão e encaminhamento de soluções dos problemas educacionais. Nessa linha, a reforma paulista foi como aquela que apresentou maior fidelidade aos princípios doutrinários de natureza republicana e democrática, haja vista que o reformador colocava-se não como um técnico, mas, sim, como um pensador voltado para problemas de natureza extra-escolar. Em contrapartida, iniciava-se, já no final da década de 1920, a incursão dos chamados especialistas em educação, que procuravam, gradativamente, deslocar o caráter eminentemente político da obra educacional com o emprego de argumentos técnico-pedagógicos (NAGLE, 1974: 211). Sem dúvida, ao final da década de 1920, a natureza do discurso dos reformadores sofreu uma inflexão que imprimiu um significado mais técnico e especializado aos argumentos utilizados para justificar as medidas determinadas pelos planos de reforma da instrução pública.

3. Companhia Melhoramentos e a produção de livros para uma escola renovada



Histórias, Memórias e Projetos para o ensino de História no Brasil



Entre 1918 e 1932 a Companhia Melhoramentos de São Paulo publicou a série “Resumo Didactico”. Cada título correspondia à história de um estado brasileiro. Destinavam-se aos alunos das Escolas Normais e aos professores das escolas primárias³.

O mercado produtivo do livro didático acompanhou o processo de estabelecimento da rede escolar no país. Uma boa parte dos compêndios e manuais didáticos, durante o século XIX, era importada. Francisco Alves foi o primeiro editor brasileiro a tornar o livros escolares o carro chefe de sua editora. Entre 1889 e 1918 a matrícula na escola primária quintuplicou, saindo de 250 mil para um milhão duzentos e cinquenta mil estudantes (BRAGANÇA, 2000; HALLEWELL, 2010).

Em sua origem, datada de 1890, a Companhia Melhoramentos tinha na produção de papel seu ramo de negócios. Em 1920 se fundiu com a Weiszflog Irmãos, empresa que já atuava desde 1909 no mercado de materiais didáticos. A série *Biblioteca Infantil*, iniciada em 1915, foi um grande sucesso editorial. Logo em seguida, a editora produziu obras de História, através do bom relacionamento de J. Alves Dias com os reconhecidos autores dessa área: Rocha Pombo, Oliveira Lima e Affonso de Taunay. (DONATO, 1990) Em 1916, editou 51 mil exemplares. Já em 1922 essa produção saltou para 344 mil exemplares. Nos anos 1920, a Companhia Melhoramentos de São Paulo consolidou-se nos meios educacionais paulistas (RAZZINI, 2007). Além das cartilhas e de obras para as variadas disciplinas específicas, a editora passou a publicar, a partir de 1921, a Revista Nacional, com artigos escritos por algumas lideranças do movimento renovador da escola e da educação no Brasil: Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, entre outros. (OLIVEIRA, 2006).

Anualmente publicava *Reabertura das aulas: livros didáticos e material escolar*, com forma de divulgar as suas obras entre professores e diretores de escolas em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife (CHARTIER, DATA; ABREU, 1999; MUNAKATA, 1997; SILVA, 2014). A editora, e suas práticas, constitui um dos *lugares* de produção do conhecimento histórico escolar. (CERTAU, 1982)

³ Foram editados os seguintes títulos: *História de São Paulo* (1918), de Rocha Pombo; *História de Minas Gerais* (1926), de Lúcio José dos Santos; *História da Cidade do Rio de Janeiro* (1928), de Max Fleiuss; *História do Estado do Rio de Janeiro* (1928), de Clodomiro de Vasconcelos; *História da Bahia* (1929), de Pedro Calmon; *História do Paraná* (1929), de Rocha Pombo; *História de Santa Catarina* (1930), de Lucas Boiteux; *História de Alagoas* (1930), de Craveiro Costa; *História do Ceará* (1931), de Cruz Filho; *História do Pará* (1932), de Teodoro Braga; *História de Pernambuco* (s.d.), de Mário de Mello; *História do Rio Grande do Sul* (s.d.), de Doca Sousa. Cf. Oliveira, 2006.



Histórias, Memórias e Projetos para o ensino de História no Brasil



Lourenço Filho, consultor da Companhia Melhoramentos, teve importante papel nesse projeto editorial pois revisava os textos da editora. Os livros de história regional, objetos dessa pesquisa, foram elaborados para uma escola primária em grande transformação e ebulição. Nem seus autores, nem a Editora Melhoramentos, vide consultoria de Lourenço Filho, estão alheios a este movimento. As obras em análise, a editora e seus autores estão dialogando com o escolanovismo. Neste sentido, propomos que há uma forte ligação entre escolanovismo e história regional. A ênfase nos métodos experimentais, isto é, estimuladores do aprendizado individual, concreto e progressivo, ancorado na experimentação do aluno. (REZNIK, 1992; BOUDIN, 2001)

4. Pequena pátria e grande pátria: a história regional e o ensino de História

Os prefácios dos livros da Série Resumo didático são elementos importantes para reflexão sobre as concepções de seus autores sobre as relações entre a historiografia e o ensino de história naquele período. Pedro Calmon, Lucas Boiteaux e Rocha Pombo, apontam para tópicos recorrentes no debate da historiografia e do pensamento social brasileiro, especialmente as relações entre a “pequena pátria” e a “grande pátria”. Esses autores explicitam que a região/estado e a nação são entidades complementares. Não por outra razão, *harmonia*, *amor* e *instinto* são palavras chaves para ligar os conceitos polares torrão/pátria, estado/União.

Nação e nacionalismo são temáticas caras para o pensamento social mundial há, pelo menos dois séculos. No século XIX, esse debate esteve centrado no campo político-institucional, onde se associou o Estado à nação, concepção essa que se arraigou no senso comum. Os atuais processos de globalização e mundialização política e econômica imprimem novos contornos à questão. Benedict Anderson ressalta a ampliação do conceito incorporando questões étnicas, religiosas e de gênero, que teriam suscitado lutas pelo reconhecimento de suas particularidades e por direitos legais de minorias (ANDERSON, 1989 E 2000). Foi durante o século XIX que se consolidou a ideia de nação associado a de um Estado com limites territoriais definidos e governo centralizado, configurando o Estado-nação (HOBSBAWN, 1990, HERMET, 1996) A constituição de nações era tida como um sinal de progresso. Sob a ótica dos dirigentes políticos do século XIX, os particularismos tenderiam a desaparecer ou a se metamorfosear em sobrevivências de um período precedente. A pequena pátria poderia conviver com a grande



Histórias, Memórias e Projetos para o ensino de História no Brasil



pátria desde que não a colocasse em xeque, isto é, não poderia haver choque de fidelidade e lealdade. Desde então, nas experiências dos vários estados-nação, as expressões localistas e nacionalistas irão configurar arranjos e configurações variáveis no plano político e cultural.

A dimensão continental brasileira suscitou nos últimos duzentos anos, estudos sobre experiências locais, quer sejam sob o recorte do município, quer sejam sobre os estados da federação (ou as províncias do Império), ou sobre as regiões (o “nordeste”, o “sul” etc.), no seu recorte geográfico, econômico, ou propriamente como uma construção historiográfica. Ainda está para ser inventariado esse leque de estudos, de forma a podermos ter a dimensão do que, quando e como foi produzido.

O lugar conferido à história regional nos currículos escolares é um dos objetivos de investigação desse projeto – que ainda não foi possível realizar por não conseguir acessar as coleções de leis dos estados -, a ser desenvolvido nos seguintes aspectos: qual a relação entre a produção da série “resumo didático” da Editora Melhoramentos e a produção historiográfica didática precedente? Quanto inovador pedagogicamente (texto e ilustração) se configura esses livros em relação aos anteriores e aos seus concorrentes? Como se escreve a história regional, nesse momento, em cada estado?

5. Historiadores e autores de livros didáticos

Qual a relação que se estabelece – e se estabeleceu ao longo da história – entre a historiografia acadêmica e a historiografia escolar, entendida a primeira como o conjunto dos conhecimentos produzidos e narrativas difundidas a partir da pesquisa realizada nas universidades e centros de pesquisa; e a última como o conjunto conhecimentos e narrativas voltadas para o público escolar?

Desde o século XIX até os dias atuais historiadores avalizados academicamente - isto é, reconhecidos pelas instituições prestigiadas em sua época como produtores de conhecimento histórico -, escreveram livros escolares. Nesse sentido, para uma história da historiografia escolar, demonstrou-se falsa a hipótese de que a suposta defasagem fosse produto de uma divisão de trabalho entre especialistas e divulgadores.



Histórias, Memórias e Projetos para o ensino de História no Brasil



Rocha Pombo, Max Fleiuss, Pedro Calmon, Clodomiro de Vasconcelos, Lúcio José dos Santos, Lucas Boiteux, Craveiro Costa, Cruz Filho, Teodoro Braga, Mário de Mello, Doca Sousa, autores dos livros da série *Resumo Didático*, foram historiadores do seu tempo. Eram filiados ao respectivo Instituto Histórico e Geográfico de seu estado e, uma parte deles, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Os Institutos, desde a criação do IHGB, em 1838, e dos respectivos estaduais, ao longo do século XIX e início do século XX, eram os principais locais de debate sobre a produção historiográfica no país.

Ao que parece, segundo informações recolhidas de alguns dos prefácios dos livros em análise e da História da Companhia Melhoramentos (DONATO, 1990), os outros autores foram indicados por Afonso d'Escragnonne Taunay, Oliveira Lima e Oliveira Vianna. A historiografia do início do século XX, que tem em Oliveira Lima e Oliveira Vianna expoentes significativos, começa a deslocar chaves interpretativas ancoradas nos determinismos geográficos e raciais, tendo em vista enfatizar a compreensão das características intrínsecas à sociedade brasileira, por meio de sua história e dos valores culturais e políticos que a constituíram. (BRESCIANI, 2005; GOMES, 1996; SOUZA, 1996, OLIVEIRA, 1990, SALIBA, 2000)

Essas esparsas informações nos permitem supor que a editora investiu na escolha de autores que estivessem sintonizados com a produção historiográfica contemporânea. Nesse particular, interessa-nos analisar os parâmetros epistemológicos presentes nessa produção, ou seja, o sentido da História, sua forma narrativa, os seus temas e seus métodos. A esse respeito, precisamos ir além e nos indagarmos a respeito das relações estabelecidas entre região e nação, entre a história regional e a história nacional.

6. Conclusões provisórias

A publicação da Coleção *Resumo didático* insere-se no processo de renovação educacional e de modernização da sociedade brasileira. Naquele momento, de maneira original, reconhece-se que a unidade da nação advém da integração de seus estados. Nesse sentido a história regional se coloca como aquele que pode dar a conhecer os elementos integradores e aqueles específicos que possibilitam a construção do brasileiro.



Histórias, Memórias e Projetos para o ensino de História no Brasil



Nesse sentido a Companhia Melhoramentos, através da produção didática, antecipa os projetos editoriais dos anos 1930, das brasileiras, visando através da escola fazer o Brasil conhecido no que tinha de uno e de diverso. A partir dessas iniciativas observa-se que ocorre a definição de um lugar para o ensino de história local/regional: o ensino primário, atuais séries iniciais do Ensino Fundamental.

A produção historiográfica expressa na coleção não se configuraria como uma vulgarização do conhecimento histórico produzido academicamente. Ele na verdade é uma produção historiográfica que seguia os padrões historiográficos e incorporava uma perspectiva didática levando a construção do conhecimento histórico escolar. Produzida por historiadores reconhecidos, seguindo os cânones do saber histórico (uso de fontes, definição de cronologias, debate historiográfico), mas engajada no projeto de construção de uma imagem uma do país.

Por fim pode-se considerar que, naquele momento, a produção do saber histórico escolar era reconhecida como um campo de atuação dos historiadores por considerarem ser parte de seu ofício. Amar a grande pátria só seria possível reconhecendo que ela é uma e diversa, o que a pequena pátria possibilitaria.

Referências

ABREU, Márcia (org.), **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras/ALB/FAPESP, 1999.

ALBERT, Verena; GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves (Orgs). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. FGV, 2002

ANDERSON, Benedict. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). **Um mapa da questão nacional**. RJ: Contraponto, 2000.

_____. **Nação e consciência nacional**. SP: Ática, 1989.

ARAÚJO, José; VIDAL, Diana; MIGUEL, Maria (Orgs.) **Reformas Educacionais as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)**. SP: Autores Associados/EDUFU/FAPESP, 2011

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História**. SP: Cortez, 2004.

BOUDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRAGANÇA, Aníbal. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, Márcia. (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2000, p. 451-476.

Histórias, Memórias e Projetos para o ensino de História no Brasil



BRESCIANI, Maria Bresciani. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**. SP: UNESP, 2005;

CAIMI, Flávia. O ensino de história em questão. Para uma interpretação historiográfica da produção acadêmica e escolar (1980-1998). In: **Revista de Filosofia e Ciências Humanas**. Passo Fundo, vol. 2, n. 2., p. 09-17, 2000.

CARVALHO, Martha. **A escola e a república**. SP: Brasiliense, 1989.

CERTEAU, Michel de: “um lugar, uma prática, uma escrita”. In: _____. **A escrita da história**. RJ: Forense, 1982.

CHARTIER, Roger. **Práticas da Leitura**. São Paulo: Ed. Estação Liberdade; e

DONATO, Hernani. **100 anos da Melhoramentos. 1890-1990**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

ESTUDOS Históricos. Dossiê anos 20. Rio de Janeiro, vol. 6, nº 11, Ano 1993/1.

FONSECA, Thaís. **História & Ensino**. Autêntica, 2006.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre**. Campinas: Mercado de Letras, 2005;

_____. **História e historiadores**. RJ: Editora FGV, 1996;

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A. Queiroz: EDUSP, 1985.

HERMET, Guy. **História das nações e do nacionalismo na Europa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MONTEIRO, Ana Maria; PENNA, Fernando. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 36, n. 1, p. 191-211, jan/abr. 2011.

MOTTA, Marly da Silva. **A nação faz 100 anos**. A questão nacional no centenário da Independência. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992.

MUNAKATA, Kazumi Munakata. **Produzindo Livros Didáticos e Paradidáticos**. Tese de Doutorado. SP: PUC/SP, 1997.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

OLIVEIRA, Lúcia. **A questão nacional na Primeira República**. SP: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. **Os intelectuais e a produção da série Resumo Didático pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1918-1936**. Tese de doutoramento. São Paulo: FEUSP, 2006.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. Livro didático e expansão escolar em São Paulo (1889-1930). In: **Língua Escrita**, v. 1, 2007, p. 19-43.

REZNIK, Luís. **Tecendo o Amanhã (a História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos 1931 a 1945)**. Dissertação de mestrado. Niterói: Departamento de História/UFF, 1992

XI ENCONTRO NACIONAL

Perspectivas do Ensino de História

Perspectivas Web 2020 | Dias 17, 18, 19 e 20 de Novembro

ISBN 978-65-992865-0-6

Histórias, Memórias e Projetos para o ensino de História no Brasil



RÜSEN, Jörn Rüsen. **Razão histórica**. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SALIBA, Elias. Reinvenção da história. In: **Brasil-brasis: cousas notáveis e espantosas (Olhares Modernistas)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

SILVA, Alexandra. A carne do mercado. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá, v. 14, n. 1 2014

SOUZA, Octavio Tarquínio de. Prefácio. In: LIMA, Oliveira. **Dom João VI no Brasil**. RJ: Topbooks, 1996.

